



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

**MARIA JOSÉ DUTRA DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: às dificuldades enfrentadas pelos professores da  
Escola Municipal Dep. João Fernandes de Lima**

**JOÃO PESSOA- PB**

**2015**

**MARIA JOSÉ DUTRA DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: as dificuldades enfrentadas pelos professores da  
Escola Municipal Dep. João Fernandes de Lima**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Universidade Estadual da Paraíba– UEPB,  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Ferreira de Araújo.

**João Pessoa - PB,  
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237e Santos, Maria José Dutra dos  
Educação Inclusiva [manuscrito] : às dificuldades enfrentadas  
pelos professores da escola Municipal Dep. João Fernandes de  
Lima / Maria José Dutra dos Santos. - 2015.

43 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Graduação em PRIMEIRA LICENCIATURA  
EM PEDAGOGIA DO PARFOR EAD) - Universidade Estadual  
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à  
Distância, 2015.

"Orientação: Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo,  
PROEAD".

1. Inclusão educacional. 2. Dificuldade na aprendizagem. 3.  
Necessidade educacional. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

**MARIA JOSÉ DUTRA DOS SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Estadual da Paraíba- UEPB,  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Data da avaliação: 31/07/2015  
Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Profª Maria de Fátima F. de Araújo  
Orientador: Profª Drª Maria de Fátima Ferreira de Araújo  
(UEPB)

Prof. Dr. Luiz Hermínio do Nascimento  
Examinador: Profº Dr. Luiz Hermínio do Nascimento  
(UEPB)

Profª Maria Lindaci Gomes de Souza  
Examinador(a) Profª Drª Maria Lindaci Gomes de Souza  
(UEPB)

João Pessoa  
2015

Dedico esta vitória a minha querida filha, que suportou com amor e paciência a minha ausência.

A minha família, pelo incentivo que me deram direta e indiretamente.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer mais esta jornada.

Aos meus familiares, que me incentivaram dando forças e motivação para seguir, quando estava desanimada.

Às minhas amigas de sala, Francilene, Katia, Telma e Vilmaci, sempre juntas nesta caminhada.

A Orientadora prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Ferreira de Araújo. e aos demais professores do Parfor, que tanto contribuíram com seus ensinamentos para conclusão desta formação em Pedagogia.

Agradecimento Especial: A minha filha Vitória, por sua contribuição de amor e compreensão.

“O senhor... mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra montão”.

João Guimarães Rosa

## RESUMO

O estudo investigou as dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam no ensino regular da Escola Dep. João Fernandes de Lima, nas turmas do 3º ao 5º anos do ensino fundamental, às quais tem, nessas turmas alunos em processo de educação inclusiva. Foram realizadas cinco entrevistas com os docentes envolvidos na escola. A pesquisa teve o objetivo de analisar os aspectos necessários a efetivação da proposta inclusiva, considerando questões como: formação de professores, suporte para os profissionais envolvidos no processo, acessibilidade, recursos pedagógicos, participação da família e às necessidades educacionais especiais. Realizando revisão biográfica, consultando autores que estudam e pesquisam o tema, aplicação de questionário junto aqueles professores que trabalham com os alunos da inclusão. A pesquisa revelou os seguintes resultados: que os professores não recebem capacitação por parte da escola, referente a temática do processo de inclusão, com a falta da participação dos pais, de materiais didáticos, turmas com número elevado de alunos permitido pela Secretaria de Educação e que a escola não possui acessibilidade para alunos deficientes e com necessidades especiais.

Palavras-chaves: Inclusão. Dificuldades. Necessidades. Educacionais.

## **ABSTRACT**

The study investigated the difficulties faced by teachers working in mainstream education School Rep. John Fernandes de Lima, in groups of 3 to 5 years of elementary school, which has students in these classes on inclusive education process. Five interviews were held with the teachers involved in school. The research aimed to analyze the aspects necessary for effective inclusive proposal, considering issues such as teacher training, support for professionals involved in the process, accessibility, educational resources, family participation and special educational needs. Conducting biographical review, consulting authors who study and research the subject, a questionnaire with those teachers working with students of inclusion. The survey revealed the following results: teachers do not receive training by the school, regarding the issue of the inclusion process, lack of parental involvement, educational materials, classes with high numbers of students allowed by the Department of Education and the school does not have accessibility for disabled students and those with special needs.

Keywords: Inclusion. Difficulties. Needs. Educational.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Foto 1</b>	Fachada da Escola em estudo.....	40
<b>Foto 2</b>	Alunos da Escola em estudo em sala de aula.....	41
<b>Foto 3</b>	Alunos da Escola em estudo em sala de aula.....	41
<b>Foto 4</b>	Inclusão escolar da Escola em estudo.....	42
<b>Foto 5</b>	Inclusão escolar (apresentação cultural).....	42
<b>Foto 6</b>	Palestra sobre Inclusão de deficientes na Escola em estudo.....	43
<b>Foto 7</b>	Alunos da Escola com NEE participando dos Jogos Paraolímpicos da Paraíba em 2014.....	43

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b>	Alunos matriculados que representam necessidades especiais na Escola em estudo.....	18
<b>Tabela 2</b>	Dificuldades dos professores para desenvolver o trabalho em sala de aula .....	26
<b>Tabela 3</b>	O que você entende por educação inclusiva?.....	27
<b>Tabela 4</b>	Sugestões em relação à Educação Inclusiva.....	28

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES.....</b>	<b>14</b>
2.1	<b>Educação inclusiva: fundamentos legais.....</b>	<b>15</b>
2.2	<b>Educação inclusiva na Escola Municipal Dep. João Fernandes de Lima.....</b>	<b>17</b>
2.3	<b>Perfil dos alunos com deficiências da escola.....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>ANÁLISES E RESULTADOS.....</b>	<b>26</b>
3.1	<b>Os participantes.....</b>	<b>26</b>
3.2	<b>Resultados e Discussões.....</b>	<b>27</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>31</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>33</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>37</b>
	APÊNDICE A- Roteiro da Entrevista.....	38
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>40</b>
	ANEXO A- Prédio da Escola Mun. Dep. João Fernandes de Lima..	41
	ANEXO B- Alunos do 3º ano do ensino fundamental da Escola no processo de inclusão.....	42
	ANEXO C- Atividades da semana do folclore na Escola.....	43
	ANEXO D- Semana de inclusão para alunos com necessidades especiais educacionais.....	44

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem por finalidade a inclusão de pessoas com necessidades especiais, dentro da escola regular, de modo que as diferenças não sejam vistas como problemas, mas como uma diversidade na aprendizagem. O sistema educacional deve garantir um ensino de qualidade para todos, respeitando as dificuldades ou diferenças individuais que apresentem.

Atualmente nos debates de políticas educacionais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem o grande desafio de encontrar soluções que respondam às questões de acesso e permanência dos alunos nas suas instituições educacionais. Muitas escolas públicas e particulares já adotaram a essas mudanças reconhecendo e valorizando as diferenças individuais dos alunos, sem que haja discriminação dos mesmos.

Sabemos que todos os alunos com ou sem deficiência, devem estar inseridos em escola regular desde o ano 2006, ou seja, desde que o ensino fundamental é obrigatório para os alunos em geral.

De acordo com Mantoan (2006) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/96, deixa bem claro que o ensino especial é uma modalidade, que, deve ocorrer em todos os níveis de ensino – da escola básica ao ensino superior. Que os alunos tenham tecnologias assistidas e outros recursos em sala de aula comum. Assim, com a presença de intérpretes, que assegurem não apenas o acesso, mas sim a permanência e o prosseguimento dos estudos desses alunos.

Segundo Barbosa (2008) a inclusão de alunos com NEE no ensino regular, vem introduzindo novos processos na educação brasileira e requer dos profissionais da educação, habilidades específicas e constantes reflexões sobre suas práticas pedagógicas, na tentativa de ensino de qualidade para todos os alunos, independente de raça, religião, fator econômico, alteração sensorial, cognitiva física ou de alta habilidade que apresentem.

De acordo com a mesma autora (2008), a falta de conhecimentos a respeito dos alunos com necessidades educacionais especiais fizeram com que eles permanecessem por muito tempo, sendo isolados em escola se instituições especializadas ou nem estudam, permanecem em seus próprios lares. Rotuladas ou marginalizadas, essas pessoas eram vistas como pessoas sem capacidades de

aprender e de viver em sociedade. Só então, com a deflagração do Ano Internacional de Pessoas com Deficiências, no início dos anos 80, essas pessoas começaram lentamente a serem percebidas como seres com capacidades de aprender e de ter uma vida mais independente. Para Mariano (2011, p. 16)

Os anos 90 foram marcados por lutas e por conquistas, expressas, entre outras formas, através de documentos como a Declaração Mundial de Educação para todos (1990), que representa um compromisso firmado, assegurando as necessidades básicas referentes à aprendizagem das crianças e dos jovens de todo o mundo.

De igual modo, outro documento, denominado na Declaração de Salamanca citado por Mariano (2011, p. 17) relata que

[...] defende os princípios da inclusão, através do reconhecimento da ideia e da prática de uma escola para todos, isto é, de uma escola que inclua todas as pessoas, celebre as diferenças, apoie a aprendizagem e responda adequadamente a todas as necessidades dos alunos.

As necessidades devem ser entendidas como quaisquer barreiras que o aluno enfrente durante o seu percurso escolar.

O presente trabalho foi dividido em três momentos, inicialmente, com a introdução; posteriormente a fundamentação teórica do tema em estudo e por fim a conclusão da pesquisa feita com os professores do 3º ao 5º ano. Trabalham com alunos com necessidades especiais na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Dep. João Fernandes de Lima, com o objetivo de investigar as dificuldades enfrentadas em relação à inclusão.

## 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES

A educação inclusiva é direito de todos; uma ação de valorização democrática, um gesto amoroso, que compreende a pessoa em sua singularidade e que tem como objetivo o crescimento, a valorização pessoal, visando criar condições adequadas para integrar essas pessoas com necessidades especiais na sociedade, segundo Díaz *et al* (orgs.) (2009).

Entende-se por educação inclusiva o acesso e permanência de todas as crianças nos estabelecimentos de ensino regular, em todos os níveis de educação independente de suas diferenças ou dificuldades individuais, conforme Brasil (2006). De forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, respeitando a diversidade inerente à espécie humana, como afirma Mantoan (2006, p.15), incluir “de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los”.

Segundo Figueiredo (2002) a educação inclusiva deve ser um espaço para todos os alunos, deve-se inserir na escola todos os excluídos, garantir qualidade da educação, considerar as diferenças e valorizar a diversidade, evitando as práticas excludentes.

“A palavra de ordem é equidade, o que significa educar de acordo com as diferenças individuais, sem qualquer manifestação de dificuldades. Se traduz em impedimento à aprendizagem”, conforme Carvalho (2009,p.35). Essa afirmação nos leva a entender que todos são diferentes, e que temos limites, necessidades de aprendizagens para nos modificarmos e nos tornarmos melhores do que fomos, de acordo com Vargas (2010). Ao mesmo tempo, nos faz perceber que construímos uma identidade a partir de padrões e normas estabelecidas historicamente pela sociedade, o que é ilusão de sermos normais perante outras pessoas que fogem a esse padrão. Pietro (2006, p. 40)

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela preposição de outras práticas pedagógicas, o que exigem ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. A idéia de ruptura é rotineiramente empregada em contraposição à idéia de continuidade e tida como expressão do novo, podendo causar deslumbramento a ponto de não ser

questionada e repetir-se como modelo de que nada transforma. Por outro lado, a idéia de continuidade, ao ser associada ao que é velho, ultrapassado, poder ser maldita sem que suas virtudes sejam reconhecidas em seu contexto social.

Compreende-se então que, esse novo paradigma deve ser construído de forma consciente e pedagogicamente humana, no que diz respeito ao reconhecimento do educando como cidadão que deve ser respeitado. Não basta apenas e contra a tradicional rotina educacional de caridade, deve-se ir além, modificar o sistema com consciência e planejamento do que está sendo feito, relata Santos (2008).

Diante de tantas afirmações positivas com relação à educação inclusiva, surgem ainda diversas indagações, no que diz respeito ao ambiente em que as crianças estão inseridas, visando à preparação dos profissionais que irão trabalhar com esses alunos e as propostas pedagógicas apresentadas na instituição educacional, constata Barbosa (2004). Conforme Domingos (2005) a educação inclusiva é um tema de discussões na área educacional e esse tema, no que se refere aos alunos, não se deterem a um ambiente diferenciado das salas regulares, que provoca tais reflexões e só obtêm-se uma educação inclusiva de efetiva qualidade se essas reflexões forem feitas e as indagações respondidas.

De acordo com Souza (2011) quando se propõe a debater no que diz respeito à educação inclusiva, busca-se não só uma mudança transformadora nas práticas educacionais da realidade dos alunos especiais. Essa transformação envolve toda a educação como um todo. Porém, para que ocorra de fato essa transformação se faz necessário a união de setores da sociedade, já que, a educação inclusiva não seleciona crianças em função de suas diferenças individuais. A escola não é uma segregação e sim um ambiente de construção de conhecimentos.

## 2.1 Educação Inclusiva: fundamentos legais

Atualmente, várias leis internacionais e nacionais asseguram a educação inclusiva, entre elas destacam-se: a Declaração de Salamanca, editada pela UNESCO, em 1994, que propõe que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, dentro de uma Pedagogia capaz de atender às suas necessidades, afirma Andrés (2010). A

Convenção de Guatemala, de 26 de maio de 1999, promulgada no Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, no artigo II, “teve por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas deficientes e propiciar a sua plena integração à sociedade”, afirma Brasil (2001). Segundo o Estatuto da pessoa com deficiência (2013) a Convenção da ONU de 2006, aprovada no Brasil pelo Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008, no artigo 1º estabelece que os Estados assegurem e promovam a plena realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência. Brasil (2012, p. 03)

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulariza a lei 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a integração da pessoa com deficiência, define a educação como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

No contexto Federal, destaca-se a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu Art. 208, determina que seja dever do Estado o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, afirma Brasil (2006).

A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), em seu Art. 58, dispõe que a educação será “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades especiais”. No parágrafo 1º trata que, “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”, segundo Giaretta (2010).

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece, no capítulo IV, no artigo 53, do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, que: “[...] a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificando para o trabalho, assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”, constata Brasil (1990,p. 22).

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determina que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais,

assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”, relata Brasil (2001).

O Ministério da Educação cria Programa Educação Inclusiva: com direito a transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promovem um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à organização do atendimento educacional especializado e à promoção da acessibilidade, de acordo com Brasil (2003). Para Carvalho (2005, p. 77)

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Na realidade, observa-se que apesar da ampla legislação existente assegurando atendimento especializado aos alunos portadores de necessidades especiais e a formação de professores para atendê-los, na prática, há outra realidade. Conclui-se que, as leis que garantem os direitos aos alunos especiais, nem sempre são asseguradas, apesar dos avanços ocorridos, ainda está distante da nossa realidade, segundo Brasil (2003).

Cassimiro (2014) mostra que a inclusão implica também em uma mudança de paradigmas, de conceitos e costumes, que fogem as regras tradicionais, ainda fortemente calcados na linearidade do pensamento, no primado do racional, do ensino e na transferência dos conteúdos curriculares.

## 2.2 Educação Inclusiva na Escola Municipal Dep. João Fernandes de Lima

A Escola Municipal Deputado João Fernandes de Lima, está localizada à Avenida São Sebastião nº 182, centro – Capim/PB. O nome da escola é uma homenagem ao Deputado Federal João Fernandes de Lima. Ela foi criada pelo Decreto Municipal nº 29/88 de 21 de março de 1988, com recursos do MEC/FNDE

através do projeto (EDURURAL), na gestão do prefeito constitucional da cidade de Mamanguape, Gustavo de Lima Sobrinho, na época Capim era Distrito de Mamanguape . Foi posteriormente, autorizada pelo Conselho Estadual de Educação do Estado da Paraíba (CEE) pela Resolução nº. 120/99.

A referida escola foi criada para atender às necessidades da comunidade do Distrito de Capim e zonas rurais adjacentes, que tinham dificuldades de deslocamento para a vizinha cidade de Mamanguape.

Só no ano de 2006 a escola passou a ter uma sala de recursos para atender as crianças com necessidades especiais. E foi através do Informe do Senso Escolar dos anos anteriores a 2006 com os dados dos alunos com necessidades especiais, que a instituição passou a receber recursos do MEC para Sala de Recurso Multifuncional.

Segundo o Projeto Político Pedagógico, a E.M.E.F.M. Dep. João Fernandes de Lima é uma escola identificada com o processo de construção de uma sociedade mais justa. Como um espaço em que a prática pedagógica é entendida como uma prática de vida, de todos e com todos, na perspectiva de formar cidadãos e cidadãs que integrem e contribuam para sua comunidade. Uma escola democrática, e comprometida com a aprendizagem significativa do aluno, buscando transformar informações em saberes necessários à vida dos alunos. São desenvolvidos na escola, os seguintes programas: Mais Educação, PNAIC, além da disponibilidade aos alunos da Complementação Educacional de frequentarem atividades externas como: Futebol e voleibol. Os alunos de inclusão têm atendimento externo e acompanhamento psicopedagógico na escola.

A educação Especial da escola João Fernandes é definida como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e realiza o atendimento Educacional Especializados – AEE, de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes que constituem seu público alvo, de acordo com PPP.

Através de dados de matrículas disponíveis na sala de recursos multifuncional se apresenta as seguintes informações da Educação Especial da Escola Dep. João Fernandes de Lima os alunos com deficiência:

- Deficiência Física;
- Deficiência Auditiva;

- Deficiência Múltipla;
- Deficiência mental.

O sistema de ensino da referida escola deve matricular todos os alunos, cabendo à escola organiza-se para atender as pessoas com deficiência, oferecendo condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

A escola funciona em três turnos, atendendo atualmente apenas ao ensino fundamental I e II. No total são 22 turmas atendidas, com 727 (setecentos e vinte e sete) alunos matriculados. Desses alunos, 45 (quarenta e cinco) apresentam algum tipo de deficiência tendo atendimento especial com o apoio da FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência). Esses alunos que apresentam necessidades especiais estudam em sala regular no contra turno, supre essas necessidades na Sala de Recursos Multifuncional (SEM). Na própria escola, com o objetivo de acompanhar mais de perto esses alunos.

Dos 45 quarenta e cinco alunos que apresentam necessidades especiais, representando 6,2% dos alunos matriculados neste ambiente educacional, definem-se suas necessidades da seguinte forma:

**Tabela 1.** Alunos matriculados que apresentam necessidades especiais na Escola em estudo

<b>Necessidades Especiais</b>	<b>Quantidade</b>
Deficiência Física	01
Deficiência Auditiva	01
Deficiência Múltipla	01
Deficiência Mental	42
<b>Total</b>	<b>45</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

Para uma melhor compreensão da realidade educacional inclusiva, pela qual passa a escola em estudo, analisa-se detalhadamente cada uma das limitações, de acordo com o Núcleo de Educação Inclusiva (NEI), (2001) as deficiências apresentadas pelos educandos recebem os seguintes conceitos:

- Deficiência física: uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. Apresentando-se sob a seguinte forma:

- Paraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores;

- Paraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;
  - Monoplegia– perda total das funções motoras de um só membro inferior ou superior;
  - Monoparesia – perda parcial das funções motoras de um só membro inferior ou superior;
  - Tetraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
  - Tetraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
  - Triplegia – perda total das funções motoras em três membros;
  - Tri paresia – perda parcial das funções em três membros;
  - Hemiplegia– perda total das funções de um hemisfério do corpo;
  - Hemiparesia– perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo;
  - Amputação – perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro;
  - Paralisia Cerebral– lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.
- Deficiência auditiva: a deficiência auditiva, trivialmente conhecida como surdez, consiste na perda parcial ou total da capacidade de ouvir, isto é, um indivíduo que apresente um problema auditivo. É considerado surdo todo indivíduo cuja audição não é funcional no dia-a-dia. É considerado parcialmente surdo todo aquele cuja capacidade de ouvir, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva.
- O NEI (2001) ainda destaca os seguintes tipos de deficiência auditiva:
- Auditiva Condutiva: a perda da audição condutiva afeta, na maior parte das vezes, todas as frequências do som. Contudo, por outro lado, não se verifica uma perda de audição severa;
  - Auditiva Sensório-Neural: a perda de audição neurossensorial resulta de danos provocados pelas células sensoriais auditivas ou no nervo auditivo. Este tipo de perda pode dever-se a um problema hereditário num cromossomo assim como pode ser causado por lesões provocadas durante o nascimento ou por lesões provocadas no feto em desenvolvimento, tal como acontece quando uma grávida contrai rubéola;

- Auditiva Mista: na deficiência auditiva mista, verifica-se conjuntamente uma lesão do aparelho de transmissão e de recepção, ou seja, quer a transmissão mecânica das vibrações sonoras, quer a sua transformação em percepção que estão afetadas/perturbadas;
- Auditiva Central/Disfunção Auditiva Central/ Surdez Central: A deficiência auditiva Central, Disfunção Auditiva Central ou Surdez Central, não é necessariamente acompanhada de uma diminuição da sensibilidade auditiva. Contudo, manifesta-se por diferentes graus de dificuldades na percepção e compreensão de quaisquer informações sonoras. Este tipo de deficiência é determinado por uma alteração nas vias centrais da audição.

Os Graus de surdez:

- Leve – entre 20 e 40 dB;
  - Média – entre 40 e 70 dB;
  - Severa – entre 70 e 90 dB;
  - Profunda – mais de 90 dB;
  - 1º Grau: 90 dB;
  - 2º Grau: entre 90 e 100 dB;
  - 3º Grau: mais de 100 dB.
- Deficiência múltipla: são aquelas que afetam em duas ou mais áreas, caracterizando uma associação entre diferentes deficiências, com possibilidades bastante amplas de combinações. Um exemplo: ocorre nas pessoas que tem deficiência mental e física. A múltipla deficiência é uma situação grave e, felizmente, sua presença na população, geralmente é menor, em termos numéricos.
- Deficiência mental: manifesta-se antes dos 18 anos e caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral e significativamente abaixo da média, com limitações associadas a duas ou mais áreas de conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade. A deficiência mental pode ser de nível:
- Leve: As pessoas com esse nível de deficiência podem desenvolver habilidades escolares e profissionais. Chegam, inclusive a prover a sua manutenção, muito embora necessitem, algumas vezes, de ajuda e orientação em situações sociais diferentes daquelas a que estão acostumadas.

- Moderado: O indivíduo com deficiência mental moderada tem capacidade insuficiente de desenvolvimento social. Mas poderá manter-se economicamente através de programas supervisionados de trabalho.
- Severo: As pessoas portadoras de deficiência mental de nível severo, apresentam pouco desenvolvimento motor e mínimo desenvolvimento de linguagem. Poderão contribuir apenas parcialmente para sua subsistência, em ambientes controlados.
- Profundo: As pessoas com a deficiência nesse nível, tem um retardo intenso e a capacidade sensorial motora mínima. Mesmo com suas dificuldades, há possibilidades de adquirirem hábitos de cuidados pessoais, através de programas de "condicionamento operante".

Segundo Calissi (2010), as pessoas podem nascer com algum tipo de deficiência ou adquiri-la ao longo da vida por inúmeros motivos. Essas pessoas são a todo o tempo impedidas de aproveitar oportunidades de convivência social e muitas vezes até com a própria família, vizinhos ou parentes. Na vida escolar não é diferente, as pessoas com necessidades especiais também são excluídas e desprovidas de ter um convívio educacional. Sendo assim, também são excluídas do trabalho, do lazer e da cultura.

Segundo Brasil (2003) no âmbito educacional, as desigualdades com os educandos com necessidades especiais se dão com discriminação simbólica e principalmente, por falta de condições adequadas, para que esses estudantes tenham acesso à escola e assim possam frequentar o ambiente escolar. A comunidade escolar tem a responsabilidade de combater a transparência desses alunos, assegurando seus direitos e possibilitando dignidade humana.

As instituições de ensino deverão assegurar o processo de inclusão desses alunos e contemplar no seu PPP a Educação Especial, cujas ações promovem mudanças no processo educativo, tendo em vista uma escola de qualidade para todos, de acordo com Brasil (2013).

A inclusão educacional compreende uma transformação que leva as pessoas a compreenderem que não deve existir distinção, separando os educandos em “normais” e “anormais”, e é essa visão que deve ser diferente. Calissi (2010, p. 367) apresenta a seguinte constatação:

A nossa sociedade construiu ao longo da história um discurso identitário, baseado na oposição maniqueísta do que é bom ou ruim, normal ou anormal. Pessoas com deficiência são olhadas sob a perspectiva de oposição binária em que o outro é excluído do pertencimento social, reforçando o pertencimento daqueles que se constitui, se consideram como normais. Essa lógica deve ser desconstruída, pois eticamente é equivocado rotular as pessoas estabelecendo comparações a partir de padrões que são criações sociais e não refletem necessariamente a realidade.

O professor da SRM deverá ter formação em Educação Especial ou participar de cursos de formação inicial ou continuada, presencial e a distancia, oferecida pela FUNAD, ou outros cursos da mesma natureza ministrados por instituições públicas ou privadas.

A escola possui um papel único e insubstituível frente ao desenvolvimento do aluno com necessidades especiais. Todos os canais de conhecimentos devem ser explorados, com experiências, interações e formas particulares de aprender. Cabe à escola criar situações de aprendizagem, adequar os diferentes instrumentos de avaliação, a fim de permitir a avaliação do aluno com necessidades especiais, de modo a conhecer o que ele aprendeu e analisar as variáveis implícitas no processo de ensino aprendizagem, segundo Brasil (2013).

Reafirmando este pensamento, Cassimiro (2014) afirma que a escola deve estar adequada àquela criança, jovem ou adulto, tendo profissionais adequados e espaços direcionados às determinadas deficiências. Essa escola deve também respeitar os limites do educando e desenvolver uma real integração social na comunidade em que vivem.

Para Cassimiro (2014), ainda existe uma resistência por parte das escolas, em concretizar essa inclusão. Suas desculpas variam entre não ter profissionais especializados, salas adequadas ou acessos dentro das escolas, mobilidade e acesso para os cadeirantes, entre outros. A inclusão é um conceito intrigante, que busca retirar as barreiras impostas pela exclusão em seu sentido mais global. A educação é, portanto um direito de todos, e assegurá-lo é necessariamente dar boas vindas a esses alunos sem questionar suas possibilidade ou dificuldades. Respeitando-os e integrando-os ao cotidiano escolar, visando capacitar e melhorar a vida desse educando na realidade inclusiva.

A família é outra peça fundamental diante do processo de inclusão dessas crianças, que por sua vez, devem aceitar a pessoa com deficiência, respeitando

suas diferenças, deixando que elas dê suas opiniões, principalmente no que se refere ao ambiente ao qual será o construtor de conhecimento, seu auxílio na formação de opinião. De acordo com a Constituição Federal, a lei nº 7.853/89, sobre a política nacional para integração de pessoas com deficiência, define que a família, a escola e o professor devem proporcionar ao educando, afirma Brasil (2007):

- O sentimento de pertença na escola;
- Não basta matricular. É preciso incluir;
- Não basta ser aluno. É preciso ser indivíduo;
- Não deve ser vítima. Tem que ser participativo;
- Não basta saber que existe. É preciso olhar.

Outro ponto importante apresentado por Montoan (2003), é que a inclusão nunca ocorrerá enquanto a sociedade se sentir no direito de escolher quais serão incluídos. É preciso vencer os preconceitos, pois a inclusão sempre está sendo alvo de debate e nunca foi uma tarefa fácil, tanto para o sujeito a ser incluído, como para os educadores que irão recebê-los. É necessário um novo olhar, ter uma reflexão na prática pedagógica, buscando uma educação comprometida com a realidade apresentada. Carvalho (2005, p. 72):

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidades e de apoio de modo que a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos políticos pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executada), tomando-se as providencias para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola.

Contraopondo os ideais de uma educação inclusiva e a realidade que se encontra expostos, os alunos inclusos e os profissionais da educação, percebem que apesar de existirem dispositivos legais para atendimento de alunos com necessidades especiais. Os requisitos para suprir essas necessidades nem sempre têm suporte na escola, tanto nos recursos de materiais, como na estrutura física da escola, como rampas e banheiros adaptados, ou profissionais qualificados para atender às necessidades individuais desses alunos.

O que deve ser compreendido como nos mostra Carvalho (2009) *apud* Calissi(2010), não são as crianças com necessidades especiais que devem se adaptar a normalidade, na verdade é a sociedade e as instituições de uma forma geral que precisam analisar suas ações discriminadoras, opressivas e impeditivas. Pois, a discriminação das pessoas sejam elas com limitações físicas, com síndromes

como de Burlou, ou surdas, é até explicável, porém não mais aceitável. O outro ponto não mais aceitável é a falsa inclusão.

Segundo Calissi (2010) com relação à falsa inclusão compreende-se que quando as crianças estão inseridas em um ambiente educacional ou social, continuam recebendo sentimentos de comisseração em relação às suas limitações. Incentivar este tipo de sentimento não é a realidade de um eficaz combate a exclusão e os educadores devem reprimir esse tipo de sentimento.

### 2.3 Perfil dos alunos com deficiência da escola

Os alunos com deficiência representam 6,2% das matrículas da referida escola em estudo. Este é um grande índice com relação ao número de habitantes no município. Todos são de família de baixa renda e de acordo com as informações cadastrais da escola, a maioria recebe benefício social do Governo Federal.

Algumas das deficiências constituem-se desencadeiam uma crise familiar, pelos acontecimentos entre os mesmos. Por este motivo, podemos dizer que é de grande importância que as famílias em crise, tanto financeira quanto pessoal tenham apoio, sejam orientadas acompanhadas muitas vezes por psicólogos e especialistas que venham ajudar em uma crise familiar e que venham de forma eficaz, prevenir algumas deficiências de crianças que desenvolvem transtornos mentais, herdados de traumas familiares e deficiência física, muitas vezes acontecida por maus tratos durante o desenvolvimento da criança, relata Salvari (2004).

O destaque no estudo se refere à deficiência mental, já que represente um índice alto na matrícula de 5,8% ou seja, um total de 42 alunos. Desses alunos, apenas 02 (dois) apresentam deficiência mental moderada, os demais apresentam deficiência mental leve, esses com idade entre 08 e 23 anos, a maioria do sexo masculino. Esses alunos não apresentam comportamento agressivo, todos possuem laudo médico emitido por médicos da FUNAD, cujos laudos ficam anexados à ficha individual de cada aluno.

Os referidos alunos estão inseridos em sala regular e no contra turno frequentam a sala de recurso multifuncional com a professora Maria Zilda Medeiros, habilitada em Educação Especial. Esses alunos também são assistidos um dia por semana por profissionais da FUNAD em João Pessoa.

### 3 ANÁLISES E RESULTADOS

Analisando os questionamentos dos docentes entrevistados, percebemos algumas dificuldades, tais como: salas com número elevado de alunos, muitos alunos com necessidades especiais, falta de materiais didáticos e de capacitação, para aprimorar conhecimentos nesse campo de atuação para efetivar ações de inclusão. Outra questão a ser observada foi falta de acessibilidade na Escola.

#### 3.1 Os Participantes

Os participantes desta pesquisa foram cinco professores do 3º ao 5º ano das séries iniciais, que trabalham com alunos com necessidades especiais. Sendo dois do sexo masculino e três do sexo feminino, todos apresentam especialização em outras áreas, porém, nem uma das especializações diz respeito à educação inclusiva.

Dos cinco professores apenas um tem menos de ano de trabalho com alunos com necessidades especiais os demais tem entre um e seis anos. Todos responderam que não receberam formação que envolva essa temática por parte da Secretaria de Educação do Município, onde está inserida a escola a qual leciona. Apenas três professores já participaram de formação continuada, fora da instituição, quando deveriam receber uma formação continuada ou capacitação na própria instituição.

Concordando com Prieto(2006, p.57) quando diz que “os sistemas de ensino devem ter compromisso com a formação continuada dos professores no sentido de implantar novas práticas, que melhor atenda a esses alunos com necessidades especiais educacionais”.

Ainda segundo Prieto (2006), a formação dos professores, deve possibilitar-lhes analisar os domínios de conhecimentos e necessidades atuais dos alunos no processo de aprendizagem, para que sejam capazes de elaborar atividades, criando ou adaptando materiais adequados para o atendimento aos alunos, bem como, uma forma de avaliar esses alunos com necessidades especiais educacionais.

#### 3.2 Resultados e Discussão

Sabe-se que devem ser realizadas mudanças nas instituições Educacionais para favorecer a educação inclusiva. Para conhecer a realidade da instituição a qual esses profissionais e alunos estão inseridos, foi realizados os seguintes questionamentos:

A escola possui acessibilidade? Todos responderam que não. Visto que ano de 2006, a escola recebeu uma sala de recursos multifuncional, mas em relação à infraestrutura a mesma não recebeu rampas, banheiros de acessibilidades, para atender alunos com limitações físicas.

Os professores foram questionados: “quais as dificuldades que eles encontram para desenvolver o trabalho em sala de aula com alunos com necessidades especiais?”.

Obtivemos as seguintes respostas:

**Tabela 2.** Dificuldades dos professores para desenvolver o trabalho em sala de aula

Professores	Respostas	Comentários
Professor 01	- A falta de materiais didáticos - A não participação dos pais	Com material adequado, os professores fariam um melhor trabalho.
Professor 02	- Salas superlotadas de alunos - A falta de capacitação para professores.	A escola não segue as normas com relação ao número de alunos por série.
Professor 03	- O pouco tempo para desenvolver atividades com os alunos - A falta de capacitação para professores.	Os professores teriam que participar de capacitação para trabalhar com inclusão.
Professor 04	- Salas superlotadas de alunos - Número alto de alunos com necessidades especiais.	Sala com alunos com NEE deveria ter um apoio especializado.
Professor 05	- A falta de capacitação para professores.	Falta capacitação para todos profissionais da educação

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

Analisando as dificuldades destacadas pelos professores, percebe-se que a falta de participação dos pais, falta de um ambiente adequado com espaço físico, falta de materiais didáticos e sendo como de grande necessidade, uma formação continuada para esses profissionais, desenvolver um trabalho teórico e prático com alunos com necessidades especiais dentro de uma sala de aula do ensino regular.

Continuando o questionamento, perguntamos o conceito de educação inclusiva na perspectivas dos professores.

**Tabela 3.** O que você entende por educação inclusiva?

Professores	Respostas	Comentários
Professor 01	- A educação inclusiva é uma educação de qualidade com direitos e deveres iguais para todos. Uma escola de igual sem discriminação.	-----
Professor 02	- A educação inclusiva tem como um dos seus princípios a valorização de diversidade, respeitar aquele que é diferente e não inferior.	-----
Professor 03	- Vejo como uma ação educacional que permite aos alunos com NEE uma participação democrática nas escolas brasileiras.	-----
Professor 04	- Incluir o aluno com NEE na comunidade sócio educativa a fim de possibilitar o seu pleno desenvolvimento psicossocial.	-----
Professor 05	- Inserir o aluno no contexto escolar.	Diante desta afirmação, ver-se a necessidade de capacitação com essa temática.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

Pode-se notar que o conceito foi absorvido pelo professores. Que a Educação Inclusiva tem a finalidade de valorizar as diversidades, possibilitando o

desenvolvimento desses alunos no contexto escolar e na sociedade. Ou seja, a Educação Inclusiva deve possibilitar a todos os alunos acesso ao conhecimento, respeitando suas diferenças. Como destaca o Professor 02 “respeitar aquele que é diferente e não inferior”.

Todos aprendem juntos, independente das dificuldades ou diferenças que apresentam; “as diferenças não incapacitam ou inferiorizam as pessoas, mas, pelo contrário, oportunizam a todos a vivência do trabalho compartilhado”, afirma ANDI/BANCO DO BRASIL (2003, p.66).

Finalizando nosso questionamento, pedimos aos docentes que descrevessem algumas sugestões necessárias dentro do sistema educacional, para dar suporte ao trabalho docente em relação à educação inclusiva.

**Tabela 4.** Sugestões em relação à Educação Inclusiva

Professores	Respostas	Comentários
Professor 01	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mais apoio em sala de aula com professores que acompanhem o aluno com NEE.</li> <li>- Materiais didáticos para serem utilizados com esses alunos</li> </ul>	Não ocorre conforme a LDB art. 58. Parágrafo 1º - quando necessário terá apoio especializado para atender esses alunos
Professor 02	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação para professores</li> <li>- Rever a quantidade de alunos por salas</li> </ul>	O sistema de educação determina um número de aluno por série e as escolas não seguem essa determinação,
Professor 03	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitações sobre Educação Inclusiva</li> <li>- Acompanhamento de um profissional em sala de aula.</li> </ul>	Com capacitação com essa temática, ficaria mais fácil os professores trabalharem a inclusão.
Professor 04	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sala de recursos</li> <li>- Participação dos pais</li> <li>- Reforço escolar</li> </ul>	SRM mas que estivesse adaptadas com equipamentos e materiais adequados para suprir às necessidades especiais.
Professor 05	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação continuada</li> </ul>	O educador acredita que com

		uma formação adequada, ele estará preparado para mudanças na área educacional.
--	--	--

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2015.

Diante das sugestões destacadas pelos professores, percebe-se que apesar das políticas públicas de Educação Inclusiva, as instituições escolares não oferecem capacitação sobre o ensino de alunos com necessidades especiais, para o professor por em prática na sala de aula. Vale destacar a resposta do professor 03 “acompanhamento externo das atividades que não foram concluídas em sala de aula por um profissional da área, objetivando diagnosticar às reais condições desse aluno, em relação a que deverá cursar”. Infelizmente, atualmente não ocorre nenhum acompanhamento pós-ambiente educacional. Muitos casos até mesmo os próprios pais que não sabem ler nem escrever, também não tem orientação alguma com relação ao suporte educacional desses alunos.

“Os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação”, Prieto (2006, p.58).

## 4 CONCLUSÃO

Com a realização deste trabalho foi possível identificar algumas necessidades e dificuldades dos professores em relação à Educação Inclusiva e a inclusão desses alunos com necessidades especiais em sala de ensino regular.

Entre as dificuldades, percebe-se que os professores da sala regular, não recebem capacitação para receber esses alunos em inclusão. Outro ponto são as salas repletas de alunos com diversos problemas, seja por indisciplina ou necessidade especial, a falta de material didático, apoio dos pais, a não existência de um profissional para trabalhar a socialização desses alunos com os demais em sala de aula. Mesmo àqueles professores que vem trabalhando há mais tempo com alunos com necessidades especiais, relatam a falta de uma capacitação. Fica evidente que os educadores precisam de formação e apoio para efetivar ações de inclusão.

Mas apesar das dificuldades, os professores se empenham em buscar conhecimentos teóricos e práticos com a professora da sala de Recursos Multifuncional, para desenvolver um trabalho que garanta não só o acesso, mais a permanência desses alunos em sala de aula.

O que se pode observar é que esses alunos são incluídos no ensino regular, apenas para atender a uma exigência legal, tendo em questionamento a falta de investimento na capacitação desses profissionais que ainda não estão preparados para oferecer um ensino que favoreça a aprendizagem desses alunos. As instituição educacional que estamos tratando não possui acessibilidades adequadas para que esse processo de inclusão aconteça.

Acredita-se que a escola deve garantir um espaço onde professores, família e a população estejam buscando atender às diferenças individuais de cada aluno, sem que haja discriminação.

A inclusão como sendo uma estrada a ser viajada, quem nos mostra esta perspectiva sobre a inclusão é Mittler(2003) ele destaca ainda que esta estrada não tenha fim e é composta por diversas barreiras que devem ser derrubadas ou nem sequer construídas.

Conclui-se que a educação inclusiva, ou seja, a inclusão desses alunos com necessidades especiais na escola regular, não é uma tarefa fácil. É preciso que haja uma reestruturação na escola em todos os aspectos, seja na sua estrutura, como

nas práticas e atitudes de todos que formam a comunidade escolar: alunos, pais, professores, diretores, supervisores e os demais funcionários.

Desse modo, podemos construir uma sociedade inclusiva, em que todas as pessoas sejam vistas com valores e direitos iguais. Para isso, precisamos reavaliar a maneira como as escolas recebem esses alunos e ministram a educação para eles, para dessa forma proporcionar às crianças com necessidades especiais as oportunidades e as habilidades necessárias para sua participação ativa na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉS, Aparecida. **Consultoria legislativa: educação de alunos superdotados/altas habilidades.** Brasília, 2010.

ANDI/BANCO DO BRASIL. **Diversidade, Inclusão Social e Educação.** In: CALISSI Maria Luciana. UFPB, 2014.

BARBOSA, Márcia Silvana Silveira. **O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora.** Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

BARBOSA, Vera Lúcia de Brito *et al.* **Escola Inclusiva: Pesquisa Reflexões e Desafios. Ideia.** João Pessoa. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)>. Acesso em: 20/07/2015.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providencias.** Brasília: Congresso Nacional, 13 jul. 1990.

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task...](portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task...)>. Acesso em: 10/07/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica.** Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas de inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Saberes e práticas da inclusão**: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **Núcleo de Educação Inclusiva**, 2001. Disponível em: <[www.nei.ufp.br/dicas6.php](http://www.nei.ufp.br/dicas6.php)>. Acesso em: 13 de julho de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacional para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial-MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Constituição Federal**, 1999. Disponível em: <[www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br)>. Acesso em: 20/06/2015.

CALISSI, Maria Luciana. **Diversidade, Inclusão Social e Educação**. UFPB, 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CARVALHO, Maria Luciana. **Diversidade, Inclusão Social e Educação**. UFPB, 2014.

CASSIMIRO, Patrício Rocha. **Educação Inclusiva Infoescola**. Publicado em: 2014. Disponível em: <[www.infoescola.com/pedagogia-inclusiva](http://www.infoescola.com/pedagogia-inclusiva)>. Acesso em: 11/05/2015

DÍAZ, Félix *et al* (orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. **A escola como espaço de inclusão**: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades

educacionais especiais. Dissertação de Mestrado pela Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Estatuto da pessoa com deficiência.** Publicado em: 2013. Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_g\\_enerico\\_imagens-filefield-description%5D\\_93.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_g_enerico_imagens-filefield-description%5D_93.pdf)>. Acesso em: 07/07/2015.

FIGUEIREDO, R. V. **Políticas de Inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade.** In: ROSA, D.E.G., SOUZA, V.C. (Orgs). Políticas organizadas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

GIARETTA, Erica Adami. **A escola regular e a educação especial.** Publicado em: 27/11/2010. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/a-escola-regular-e-a-educacao-especial-3743865.html>>. Acesso em: 07/07/2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha.** In: **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos.** Summus Editora, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Inclusão Escolar: do que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér *et al.* **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos** - São Paulo: Summus, 2006.

MARIANO, Jussara Maria Pereira. **O patinho feio:** perspectivas teóricas acerca da inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular. Trabalho de Conclusão de Curso pela Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2011.

MITTLER, Piter, **Educação Inclusiva;** Contextos. Porto Alegre: Artmd, 2003.

PRIETO, Rosângela Gavioli. *et al.* **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos** - São Paulo: Summus, 2006.

PPP – Projeto Político Pedagógico: **Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Dep. João Fernandes de Lima.** Capim - 2014.

SALVARI, Lúcia de Fátima Carvalho. **A relação entre família e problemas de aprendizagem: o que pensam os psicólogos e os pedagogos?**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2004.

SANTOS, Ivone Aparecida dos. **Educação para diversidade: uma prática ser construída na Educação Básica**. Caderno temático apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná. Paraná, 2008.

SOUZA, Maria das Neves Oliveira de. Et al Gestão Escolar: **Enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas**.2011-CRV. Disponível em: <file:///c:/Users/pc%20mix/Downloads/livro>.

TORRES, 2001 apud MARTIN, Lúcia de Araújo Ramos. **Escola Inclusiva**. Idea João Pessoa. 2008

VARGAS, Roberta Vieira de. **Os desafios de incluir sem excluir**. Publicado em: 2010. Disponível em: <http://www.revistaoprofessor.com.br/wordpress/?p=232>. Acesso em: 15/07/2015.

.

**APÊNDICE**

## APÊNDICE A - Roteiro da Entrevista



### UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

#### A. Roteiro de Entrevista Semi-estrutural para Professores

Professor (a), a presente entrevista foi elaborada como requisito parcial para a conclusão do curso de Pedagogia, oferecido pela UEPB – Universidade Estadual da Paraíba, intitulada “Dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva”. Sendo assim, solicitamos vossa compreensão em responder as questões que se seguem. Desde já, agradeço a atenção e colaboração. Sua identidade será preservada.

1- Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

2 – Escolaridade:

( ) Ensino Médio ( ) Superior ( ) Especialização ( ) Mestrado

3 – Tempo de Experiência em docência:

( ) Menos de 1 ano ( ) De 1 a 5 anos ( ) De 6 a 10 anos

( ) De 11 a 15 anos ( ) De 16 a 25 anos ( ) Mais de 25 anos

4 – Tempo de trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais:

( ) Menos de 1 ano ( ) De 1 a 3 anos

( ) De 4 a 6 anos ( ) Mais de 6 anos

5 Na sua formação inicial você recebeu alguma preparação para atuar com alunos com necessidades educacionais?

Sim             não

6 – A Secretaria de Educação promove cursos de formação continuada para os professores envolvendo a temática?

Sim     Não

7 –Você já participou de alguma formação continuada ( Atualização, Treinamento, Capacitação, etc envolvendo a temática nos últimos 3 anos?

Sim     Não

8 – A sua escola possui acessibilidades para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Sim             Não

9 - Quais as dificuldades que você encontra para desenvolver o trabalho em sala de aula com ANEE? Relacione

---

---

---

---

---

---

---

---

10 – O que você entende por educação inclusiva? Explique

---

---

---

---

---

11 – Descreva algumas sugestões necessárias dentro do sistema educacional para dar suporte ao trabalho docente em relação à educação inclusiva.

---

---

---

---

---

**ANEXOS**

**ANEXO A -Prédio da Escola Municipal Dep. João Fernandes de Lima**



**Foto 1.** Fachada da Escola em estudo

**ANEXO B – Alunos do 3º ano do ensino fundamental da Escola no processo de inclusão**

**Foto 2 e 3.** Alunos da Escola em estudo em sala de aula

**ANEXO C – Atividades da semana do folclore na escola**

**Foto 4.** Inclusão escolar da Escola em estudo



**Foto 5.** Inclusão escolar (apresentação cultural)

**ANEXO D - Semana de inclusão para alunos com necessidades especiais educacionais**

**Foto 6.** Palestra sobre Inclusão de deficientes na Escola em estudo



**Foto 7.** Alunos da Escola com NEE participando dos Jogos Paraolímpicos da Paraíba em 2014